

## Fazer a hora<sup>1</sup>

Como a faca sem lâmina que perdeu o cabo, o *tempo lógico*, a pérola negra da clínica lacaniana, não é tempo nem é lógico. Em todo caso, o artigo denominado “O tempo lógico ou a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma” é, antes de mais nada, uma sátira sobre a objetividade de que tanto se gabam os adeptos do lógico-positivismo. Foi escrito para uma revista surrealista chamada *Minotaure*, no espírito do “método paranóico-crítico” do amigo Dali, que lhe era contemporâneo<sup>2</sup>. Apresentava-se como uma variante de um desses problemas de lógica inclusos no encarte de domingo dos jornais, para recreação e desafio intelectual durante o café da manhã. O autor sugere algumas aplicações para seu “tempo lógico”: a diplomacia, o jogo, o manejo psicanalítico e os fenômenos de massa. Em todo caso, duvido muito que seu intuito fosse renovar a doutrina psicanalítica da temporalidade. Isso veio depois, confirmando retroativamente, não sem ironia, a sua antecipação sobre os problemas do *après-coup* em cujo paradigma se converteu<sup>3</sup>.

Se for o caso, não obstante, de abordá-lo do ponto de vista da sua fama adquirida na década de sessenta, diria que se trata do inesperado esboço de uma *teoria da decisão* em psicanálise. Poderia também ler-se como uma crítica da noção de *ato*, com seu conseqüente reposicionamento do conceito de *liberdade*. A ambientação do problema num cárcere com três encarcerados e seu respectivo carcereiro, tomados numa situação de ares kafkianos, parece acenar nesta direção. Sobretudo se levarmos em consideração que Sartre acabara de publicar a peça *Huis Clos (Entre quatro paredes)*<sup>4</sup>, com *seus* três prisioneiros infernizando-se entre si por toda a eternidade, dentro de um apartamento decorado à Segundo Império.

---

<sup>1</sup> Este trabalho retoma modificada uma intervenção minha na Sociedade de Psicanálise de Brasília, publicada na revista *Alter*, vol. xxi, nro. 2, dezembro de 2002.

<sup>2</sup> A primeira versão deste texto é do ano de 1933. Ele foi reescrito em 1945, para *Cahiers D'art*. E republicado, corrigido, em 1966, na coletânea denominada *Écrits*.

<sup>3</sup> *Après-coup*, "a-posteriori", traduzido elegantemente por M.D.Magno como "só-depois", é a tradução francesa do *Nachträglichkeit* freudiano. Conceito usado, no caso dito do "Homem dos Lobos", por exemplo, para explicar como um fato acontecido a uma idade X só se torna traumático a uma idade Y, posterior, pela significação que adquiriu em Y e que ainda não possuía em X.

<sup>4</sup> Sartre Jean-Paul. *Huis-Clos*, 1944.

Trata-se porém de uma liberdade que deve incluir o determinismo inconsciente, o que não deixa de acarretar problemas práticos e filosóficos. Mas modestamente, creio que este artigo pode ser usado como uma tentativa sutilmente humorística (traço que passa quase sempre despercebido) de desobsessivizar o *setting* analítico, reintroduzindo a responsabilidade do psicanalista na direção de uma prática que se tornara quiçá demasiado mecânica (e acrescentaria: tanto em intensão como em extensão<sup>5</sup>).

### **A escolha**

Apesar de seu aparente contrasenso, Lacan não evita a noção de escolha ao rimar inconsciente com liberdade, mas trata esta última em termos de *alienação*. Alienação que, em pleno reinado existencialista e com um marxismo em ascensão<sup>6</sup>, é tomada não como um momento da *Consciência* a ser superado mas como a sua própria essência problemática: tornamo-nos *Consciência* pela incorporação da linguagem mesma que nos é exterior. Não se trata então de estar eu fora de mim. A alienação em questão significa antes, muito literalmente, exatamente o contrário, *a alteridade em mim*. E o anúncio paradigmático do assalto pelo assaltante serve para ilustrar este momento constitutivo (mítico) de submissão absoluta aos termos do *Outro*<sup>7</sup>. “A bolsa ou a vida!” parece a formulação de uma escolha, mas nas condições

---

<sup>5</sup> Ou seja, tanto aplicada aos pacientes como à leitura da Cultura.

<sup>6</sup> A bem da verdade, Lacan dialoga com a fonte hegeliana do conceito, tomando as suas distâncias tanto de Marx como de Sartre. O conceito de "alienação" corresponde, em Hegel, ao processo pelo qual a consciência de si se constitui fora de si mesma, no confronto com outra consciência de si. A denominada "dialética do senhor e do escravo" traduz, de modo errado, uma famosa passagem do principal livro de Hegel *A fenomenologia do Espírito*. Trata-se de um apólogo que ilustra o surgimento da consciência de si. Em alemão, *Herrschaft und Knechtschaft*, ou seja, "Domínio e Servidão". Esta passagem é considerada uma peça chave no sistema filosófico hegeliano e tem sido retomada por inúmeros pensadores posteriores, entre eles Marx e os existencialistas.

Trata-se da descrição alegórica do advento da auto-consciência como resultado do confronto entre dois homens que demandam um do outro o reconhecimento do seu poder. Como duas crianças que querem brincar de índio, mas ambas querem ser o cacique. Levado ao extremo este movimento é paradoxal, já que se um submete o outro para que este o reconheça, a sua própria submissão torna este reconhecimento inútil. De fato, de que me serve o reconhecimento de alguém que perdeu o livre arbítrio; alguém a quem eu desprezo? Este paradoxo é descrito como a "luta a morte" entre ambos.

<sup>7</sup> As maiúsculas indicam a "dignidade" filosófica deste conceitos. O Outro de Lacan é uma figura da linguagem mesma.

reais do assalto deixa de ser tal<sup>8</sup>. São duas alternativas apenas: uma, impossível, a outra, necessária. Esta última é a *escolha forçada* do que se há de perder. O decisivo não sendo o que se guarda, senão o que se deixa escapar.

A noção de escolha, todavia, designa de modo mais apropriado o tempo seguinte e que Lacan denomina *separação*. Tal consiste paradoxalmente –como no judô o uso da força do adversário contra ele mesmo– em um aprofundamento da alienação primeira a ponto de os significantes servirem para representar precisamente aquilo que lhes escapa, a saber, a minha irreparável presença. *Separar-me é representar minha ausência com os elementos mesmos da linguagem que me aliena*. Os sonhos em que assisto a meu próprio funeral são um exemplo de separação. Desejo ver a falta que faço; o que minha perda significa para os outros.

### **Para não dizer que não falei de tempo**

A temporalidade na neurose está intimamente ligada ao problema da escolha. E, de modo geral, o sintoma neurótico é o resultado da evitação de uma decisão que devia ser tomada *na hora* mesma de um conflito originado pela emergência de um desejo inconsciente que não se consegue bancar. Definir o sintoma como “formação de compromisso”<sup>9</sup>, aliás, indica a solução pífia de não querer perder nada: nem se desiste do desejo, nem se está disposto a pagar o preço de sustentá-lo.

Frente ao desejo se está como perante a Pergunta do Milhão (falo de Silvio Santos e de seu nefasto *Show do Milhão*): não há tempo para pensar nem para consultar as cartas ou os universitários, há de se responder de improviso e esperar pelas conseqüências. Depois, terá uma vida para arrepender-se de ter falado demasiado cedo ou tarde demais ou de ter dado a resposta errada. O filme póstumo de Kubrick, *De olhos bem fechados*, ilustra esse momento, quando o Mestre de Cerimônias interpela Tom Cruise e demanda uma contrasenha que ele não pode saber porque não existe. É como a interpretação: não temos tempo de refletir sobre o que diremos ou se diremos alguma coisa, mas sabemos que o desfecho será diferente num

---

<sup>8</sup> Este sintagma só em aparência tem a forma lógica de uma disjunção exclusiva. O ponto de exclamação, portanto, não está aqui como signo de leitura apenas, ele faz parte da frase e se fosse retirado a lógica do sintagma seria outra. Por outras palavras: o ponto de exclamação representa a arma voltada contra o pensador.

<sup>9</sup> Definição canônica freudiana.

caso ou no outro, sem apelação. É a *ocasião*, representada alegoricamente por uma mulher que passa correndo por nós e deve ser pega pelos cabelos... mas ela só os tem na parte da frente da sua cabeça!

Cumprido acrescentar que tomar uma posição relativa àquilo que desejava sem saber, *não* significa “hei de querer o que (inconscientemente) desejo”. Posso dizer “não” ao desejo, mas não a reconhecer-lhe a existência. Ora, é inútil colocar as coisas nesses termos, porque (para não querer saber) já é tarde: a presença mesma do sintoma é prova disso. Sempre às voltas com um “tarde demais”, que se manifesta sob as espécies do remorso e do arrependimento, ou um “demasiado cedo”, visível como angústia.

O “já vai tarde” é conatural à demora em decidir, que provoca o recalçamento do desejo conflitante. Desejo que retornará sintomaticamente, parasitando a conduta. Na clínica da neurose obsessiva isto é patente: enganchado ao tempo do Outro<sup>10</sup>, o obsessivo hesita em concluir e a sua hesitação acaba tornando impossível qualquer decisão. Leia-se Kafka ou o shakespeariano Hamlet, ou, então, preste-se atenção às tribulações do homem na hora de falar com a secretária eletrônica quando a linha está ruim. –E esse sinal que não chega? –Ou talvez já tocou e eu não ouvi. –Falo ou não falo? –Se o fizer antes de tempo, a minha mensagem se perderá, e se esperar demais já não mais poderei fazê-lo...

Descobrir que minha vida foi vivida *contra* o que desejo inconscientemente pode não ser uma descoberta apaziguadora. Mesmo e sobretudo tendo eu querido assim. Descobertas, as boas razões nem sempre trazem a paz. Posso querer nunca ter sabido. Mas, para isso já é tarde. A versão lacaniana do juízo final: “tens agido conforme o desejo que habita em ti?”<sup>11</sup> mereceria melhor sorte que a que os lacanianos lhe destinaram: fórmula de um imperativo categórico pesando sobre o sujeito sob as espécies do “deves agir conforme” ou do “não cederás até realizares o que inconscientemente desejas!”. Em *As Pontes de Madison*<sup>12</sup>, Meryl Streep diz não passar um dia sem perguntar-se o que teria acontecido se tivesse abandonado a sua

---

<sup>10</sup> Aqui a noção denota o semelhante em sua maior alteridade.

<sup>11</sup> Lacan J. *A ética da psicanálise. O Seminário*, livro VII. Rio: Zahar, 1992.

<sup>12</sup> *The bridges of Madison County*. Clint Eastwood, 1995.

família para viver seu grande amor... Mas a sua covardia a fez delegar na família, pela qual sacrificou seu desejo, a missão de corrigir-lhe o destino, deixando uma carta póstuma pedindo para ser enterrada fora do jazigo familiar, ao lado do seu verdadeiro amor (nunca realizado). Fala-se do destino trágico do neurótico, mas às vezes parece difícil dissimular-lhe o patético.

## O tempo fora dos gonzos (uma lógica do tempo)

### O problema

Determinar a cor do disco que se carrega nas costas.

### A situação

Uma cela, três prisioneiros. Nenhum espelho. Conversar não seria do interesse de ninguém, posto que só será liberado *o primeiro* a comunicar a solução correta, *junto com o método seguido para chegar a ela*.

### Os dados

Cinco discos, sendo três brancos e dois pretos. O carcereiro prende um disco branco nas costas de cada prisioneiro<sup>13</sup>.

### A solução

*Cada um deles* fará o seguinte raciocínio: "Se eu fosse preto, os outros dois não demorariam em descobrir a sua cor, posto que, *cada um deles pensaria*: 'se eu fosse preto, o outro, vendo dois pretos, já teria saído; se não saiu é porque sou branco como eles'" E os três, tendo raciocinado desta feita, *sairiam ao mesmo tempo* para comunicar a dedução ao carcereiro.

Esta solução é abstrata e vale para alguém refletindo *sozinho* sobre a charada. Não funcionaria com três jogadores<sup>14</sup> de carne e osso. Supondo-se (o que seria já supor demais) que os três fossem mais ou menos do mesmo tamanho intelectual, que nenhum deles tivesse motivos para ferrar com o outro (quem não sabe que muita

---

<sup>13</sup> Este é um dado para nós, espectadores. Na realidade diegética cada um dos três sabe que o diretor do jogo prendeu discos brancos nas costas dos companheiros mas ele, como diria Borges, *corre el albur de ser el único negro*.

<sup>14</sup> Porque se trata de um jogo, ainda que o cacife seja a liberdade do mais esperto.

gente sacrificaria seu próprio interesse com tal de atingir o vizinho detestado?) e que a ansiedade não lhes nuble o raciocínio ou iniba a sua ação, ainda assim, ninguém poderia sair de primeira, e cada um estaria obrigado a considerar o que os outros dois fazem ou deixam de fazer, para poder concluir e agir.

Explico-me.

Se o diretor do jogo tivesse botado dois discos pretos e um branco. O portador deste último saberia na hora o que é e sairia sem delongas. Os restantes, vendo um preto e um branco, deduziriam a sua cor da saída instantânea do primeiro. Mas não sem uma pequena delonga. O tempinho a mais necessário para integrar aos dados que já possuíam o movimento do branco e deduzir disso o que ele vira.

Mas o carcereiro (seguramente um sádico) pôs em jogo discos brancos apenas. E ninguém pode sair de primeira. Ficam parados. Nada acontece. Ou, melhor, o acontecimento é precisamente *o não-acontecimento*. Como em música o silêncio — que não é falta de nota, mas nota entre as notas—, a espera é significativa. Significa que ninguém viu dois pretos. É o cão dos Baskerville que não latiu: foi o silêncio canino que deu a Sherlock Holmes a chave do enigma<sup>15</sup>. Como quando se diz de alguém cuja falta foi sentida que "brilha pela sua ausência".

### **E se fossem dois, e os discos três?**

Um preto e dois brancos.

Quem visse o preto sairia *in continenti*, enquanto o outro ainda demoraria um átimo para processar o motivo da saída do fujão. Se ambos fossem brancos, permaneceriam em suspense. Mas o fato mesmo da suspensão *comunicaria* a ausência do disco preto. E ambos sairiam juntos, convictos da sua brancura.

*Entretanto...*,

como o tempo necessário para chegar a tal conclusão, embora breve, não pode ser exato mas variável, e não pode ser calculado, a *dívida* há de surgir para cada um deles ao ver o outro saindo também. "Será que me enganei? Concluí rápido demais, e ele sai por ter-me visto preto?" Param. E esta *detenção* é decisiva, já que, *se* qualquer um dos dois fosse *de fato* preto, o outro não teria se detido em absoluto. *Pelo simples*

---

<sup>15</sup> A. Conan Doyle. *The hound of the Baskervilles*. London: Penguin, 1976.

*fato da parada ambos sabem* que o outro tampouco baseia a sua conclusão no que vê, mas no comportamento do parceiro. E podem concluir, já sem dúvidas, que ninguém é preto. Um vacilo basta para adquirir a certeza.

Isso, com dois contendores.

Mas os jogadores são três, e os discos, cinco. Um vacilo não basta. Lacan demonstra que são necessários e suficientes dois.

Revisitemos o problema para entender-lhe a estrutura.

Elucidar a própria cor por si mesmo, sem consultar ninguém. Parece uma situação competitiva (apenas o primeiro a matar a charada seria o premiado), mas as regras configuram um jogo de cooperação. Eles não o sabem ainda, mas ninguém se salva só. Como enxadristas, que se batem contra o xadrez não contra os adversários, eles jogam contra o Outro<sup>16</sup>.

A estrutura habilita três tipos de saída diferentes. *Agora* (T1), *daqui a pouco* (T2) e *depois* (T3). Com a primeira descartada, e o problema está em como decidir entre as outras duas modalidades. Ou seja, uma vez *excluída a visão*, como entender o motivo da estagnação? E aqui começa o raciocínio sofisticado: "Se **Eu** fosse preto, **a** e **a'** deduziriam, *daqui a pouco*, da sua própria imobilidade recíproca, que não são pretos. Já **Eu** teria que aguardar o casal concluir para poder decidir *depois* (deles)." Assim pensam os três, posto que cada um é **Eu** (e os outros, sempre **a** e **a'**).

Cada um é **Eu**...

Curiosamente, do que se trata aqui é da lógica da *segregação*. Nesta história, o disco nas costas representa o traço identitário do sujeito. A marca da identidade no que ela tem de desconhecida por depender do olhar dos outros. São eles que detêm o segredo do que sou. O mecanismo que me é oferecido para poder aceder a ela implica necessariamente a interação com os demais, e me obriga ao desvio de passar pelo lugar da *exceção*. Não sei ao certo, mas devo partir da suposição de ser o único preto entre brancos. O excluído. "Ao menos um" diferente dos outros, ímpar. E o ímpar é, via de regra, o indesejado (*the odd man out*). Como diria Raúl Seixas, a mosca na sopa.

---

<sup>16</sup> O Outro aqui designa a estrutura: o conjunto das regras do jogo, mais os dados e a situação.

Sou a mancha na paisagem, sim, mas meu desejo confesso é fazer parte dela. Quem quer ser excepcional? Todo mundo deseja pertencer, ser aceito, ser membro da confraria dos iguais; ser, em suma, invisível<sup>17</sup>. E o dado crucial para saber se ele é<sup>18</sup>, voltando ao mecanismo, é verificar se o outro sujeito sai no ato ou não.

### **T1, o óbvio ululante**

Lacan o denomina "instante de ver", mas trata-se menos de temporalidade ou de visão que da posição sincrônica de *um sujeito determinado pelos significantes*, cuja fórmula seria:

$$\forall x / 2y \rightarrow z$$

$$y = \bullet$$

$$z = \circ$$

Lê-se: "Para todo  $x$ , dois pretos implicam num branco".

Isto está dado de antemão pelas regras do jogo. Sabe-se que "se vir dois discos pretos, o meu é branco". Não precisa pensar. Todavia, esta *evidência psicológica* é enganadora porque não é de psicologia que se trata aqui mas da pura literalidade significativa. Embora os discos sejam coisas que se vêem e se tocam, seu valor vem das regras do jogo. Para todos os efeitos, eles contam como significantes, não como objetos pintados.

Uma vez verificado que esta disposição não existe, passamos à segunda etapa, que consiste em observar o que o *casal* faz. Entramos no compasso de espera, dito "tempo para compreender". Agora, sim, *precisa pensar*.

### **T2, a espera**

Vejo **a** considerar se **a'** sai ou não sai.

- 1) Confirma que **a'** *não sai agora*.
- 2) sai imediatamente.

---

<sup>17</sup> Haveria que interrogar a vontade de ser líder, estrela, centro de atenções, o queridinho do Brasil, a partir desta lógica da exclusão. A publicidade, desde que existe, toca nesta tecla: o paradoxal desejo de se destacar (ser *ao menos um* que é diferente, aparecer) sem deixar de ser parte do todo (ser *mais um* do grupo, desaparecer). É o paradoxo do turista: quer estar numa ilha deserta, sem dar-se conta de que sua presença faz com que a ilha tenha deixado de ser deserta.

<sup>18</sup> Como dizia João Roberto Kelly: "Olha a cabeleira do Zezé! Será que ele é? Será que ele é?"



### 3) *Depois* disso, posso sair também.

Sempre do meu ponto de vista, a mesma sequência vale para **a'** em relação a **a**. Constato a relação especular entre meus semelhantes ( $\mathbf{a} \Leftrightarrow \mathbf{a}'$ ) e deduzo dela minha própria posição no jogo. Se tudo correr como programado, **a-a'** hão de se mover juntos como em um balê. O compasso de espera pelo raciocínio do outro está imposto pela estrutura significativa, *tampouco* é psicológico, portanto. *Compreender* é constatar que, assim como eu, os outros também aguardam. E a questão será determinar *quanto* aguardam. Ou seja, uma vez que sei que não podem sair *agora*, devo conferir se saem *daqui a pouco* ou demoram mais ainda.

Este "mais ainda" é todo o problema, e Lacan não deixa de notá-lo: "Esse tempo [que os outros precisam para concluir] não difere logicamente do tempo que [eu precisei] para compreender a situação."<sup>19</sup> Ou seja, T2 e T3 são diferentes em duração mas de igual estrutura, pois demandam idêntico raciocínio. Acontece de eu estar atrasado em relação aos meus colegas<sup>20</sup>, pelo simples fato de precisar conjecturar o que aconteceria se fosse preto (já que, se o fosse de fato, eles não precisariam imaginá-lo e concluiriam antes de mim). De outro modo, como não existe uma divisão *objetiva* do tempo, só me resta constatar que não saem primeiro. Donde a minha *urgência* em sair *depois* de ter me dado conta disso. O que nos leva ao "momento de concluir".

### **T3, a pressa.**

A *urgência*, como a espera, *tampouco* é psicológica, mas lógica. Minha certeza de ser branco está valendo enquanto os outros não saem antes de mim. Se não me apressar a tomar a dianteira, se os deixar sair primeiro, já não mais terei certeza. Há um elemento intersubjetivo irreduzível nos dados do problema que não lhe é exterior. A minha compreensão da solução inclui necessariamente o cálculo do outro. Esta intromissão subjetiva que modifica o resultado do problema é inédita em lógica,

---

<sup>19</sup> Lacan *op.cit.*

<sup>20</sup> Como o neurótico em relação ao desejo recalçado.

que opera com um conjunto inerte de dados e uma solução abstrata e final. A verdade só pode ser uma e não é variável. *Uma vez demonstrada*, uma premissa lógica é verdadeira desde sempre, mesmo antes de ser postulada. É inaudito postular uma premissa cuja verdade ou falsidade dependam de um ato ser realizado ou não.

No caso dos três prisioneiros, contudo, a premissa: "se eles não saem antes de mim, eu devo sair" só se verifica se eu sair mesmo. Se piscar, minha certeza se esvai. A pressa tem portanto a forma: "Se não saíram antes de mim, então, *devo sair!*" Onde vemos retornar a rivalidade suspendida nas etapas anteriores. A certeza me obriga a deixá-los para trás. Minha demora cancela a premissa que sustenta a conclusão. Esta é a asserção antecipada de que Lacan fala. Antecipada porque só será confirmada *ex post facto*. Minha conclusão *decide* (no sentido etimológico de "cortar") a situação. Em suma, se não concluir de fato, não poderei concluir de direito. A *pressa* está prescrita pela estrutura mesma da relação simbólica entre os participantes.

Como disse o cantor, "quem sabe faz a hora, não espera acontecer."<sup>21</sup> Caberia acrescentar, todavia, no ponto em que estamos, "só (sabe) *depois* de ter feito a hora". Não antes. A sua ação primeira não retira a garantia de lugar nenhum e deve ser feita *at his own risk*<sup>22</sup>.

### **Peça em dois movimentos**

Tinha dito que no caso de dois jogadores um vacilo basta para consolidar-lhes a certeza, mas quando são três, duas vacilações são necessárias (e suficientes). Lacan as chama "escansões", como medir os versos de um poema para manter sua razão e sua rima. E acrescentei que o problema estava na falta de objetividade que permitiria calcular a diferença de duração entre T2 e T3. A detenção é um dado objetivo, mas sua duração é subjetiva, e para concluir com certeza preciso determinar se **a** e **a'** estão saindo em T2 ou em T3. Se em T2, sou preto; se em T3, branco. Posso duvidar duas vezes da minha conclusão, não mais (nem menos).

---

<sup>21</sup> Vandrê Geraldo. "Para não dizer que não falei de flores".

<sup>22</sup> Não sei se esta expressão existe em português: "Não há salva-vidas, nade sob sua responsabilidade (literalmente: 'a seu próprio risco')"

*Primeiro movimento:* constato que **a** e **a'** não saíram em T2 e me apresso a sair. Eles se mexem junto comigo, como num jogo de espelhos. Seu gesto me faz duvidar. Paro. Eles param também. Fim do primeiro movimento.

Novo tempo para compreender que, se estivessem saindo em T2, **a** demonstraria a **a'** que não é preto (e vice-versa) *pelo simples fato de terem parado*. A detenção mesma significa "tu não és preto". Deveriam, no caso, recomeçar a andar *antes de mim*. Se a parada se prolonga, isso quer dizer que não basta *per se* para confirmar-lhes a conclusão. Somos, portanto, brancos e posso recomeçar a andar.

*Segundo movimento:* torno a andar e ainda uma vez vejo os outros andarem junto comigo. "Será que (novamente) avaleiei mal a duração da espera deles e estão recomeçando (atrasados) *antes de mim*?" Incerto, paro. Eles também param. Segundo (e último) breque do samba. Por que último? Porque se eu fosse *mesmo* preto (*leit motiv* de todo o raciocínio), eles não teriam se detido em absoluto desta vez. Ou por outra, tampouco lhes bastou por si mesma a primeira parada; eles, como eu, estão atentos à *demora*. Nesse caso, os três somos brancos. Com certeza, graças à dúvida!

A hipótese falsa ("sou preto"), mais a conjectura sobre o possível raciocínio dos adversários, atualiza o *outro como tal no plano ficcional*. Ou seja, o Outro de grande porte, cuja estrutura e natureza haveria de desenvolver-se no mesmo seminário em que se apresentam as cartas credenciais do significante mediante um conto de Poe e um romance de Defoe. Em 1959, com efeito, depois de comentar sobre o tigre, que apaga as suas pegadas, e a raposa, que as faz falsas para desnortear o predador, Lacan observa que apenas um ser humano poderia conceber a idéia de deixar rastros "falsamente falsos", a saber, vestígios que indiquem realmente o caminho do tesouro, contando com que o perseguidor seja ludibriado pela sua própria expectativa de ser despistado. Apenas um ser humano incluiria no seu o *cálculo* do outro e não só o que este vê. Donde se segue que, às vezes, a estratégia mais inteligente é agir como um tolo, apostando a que o demasiado óbvio não será visto.

### **A moral da história**

Resta saber no quê este ensaio inspirado na estocástica e na teoria dos jogos fundamenta o exercício da função de psicanalista. Está longe de ser evidente a relação entre o denominado “novo sofisma” (a propósito, trata-se de um sofisma porque o raciocínio *deve partir de uma premissa falsa*: “carrego um disco preto nas costas”<sup>23</sup>) e a direção dos tratamentos ou a duração dos mesmos. Menos ainda vejo como embasar nele a prática de sessões curtas, o hábito de deixar pacientes se juntarem na sala de espera ou as intervenções intempestivas que, a título de “corte”, o folclore acumula em anedotas que os almofadinhas da psicanálise adoram referir à clínica dos outros. E francamente parece-me grotesco gabar-se de poder dispensar o relógio. Se “lance de dados nenhum abolirá jamais o acaso”<sup>24</sup>, tampouco a queima dos relógios há de nos libertar do tempo. Ao contrário, às vezes é necessário que um paciente saiba que está atrasado ou adiantado em relação à *sua* hora, que não pode ser qualquer uma.

Para não dizer que não falei de tempo, mas na realidade do que se trata é da estratégia da condução das análises. Lacan, em todo caso, retoma seu artigo de 1945 uma única vez de modo explícito. Em 1973, durante uma aula na qual sugere ler o “tempo lógico” em termos da *lógica da fantasia* –com a qual se empenhava em pensar o ato analítico desde 1967. Esta releitura deveria começar levando em consideração a instância do *movimento* (uma das razões para chamar de “tempo” o sofisma dos três prisioneiros), de praxe excluído da lógica clássica, que opera, como já observei, em um universo abstrato, eterno e imóvel<sup>25</sup>.

Lacan é freqüentemente criticado por um certo ahistoricismo, creditado à sua adesão ao espírito estruturalista da década de sessenta. E de fato, apesar da explícita renegação de sua filiação à banda de Levi-Strauss, Barthes e Jakobson, a diacronia não encontra facilmente seu lugar nos matemas em que ela seria esperada<sup>26</sup>. Nesse

---

<sup>23</sup> Miller (cf. *Os usos do lapso*) o entende de outro modo. Ele afirma tratar-se de um sofisma porque o problema que se resolve é diferente do problema originalmente colocado: o problema dos discos é *impossível* de ser resolvido; o que se resolve é o problema dos discos mais os dados dos comportamentos de todos.

<sup>24</sup> *Un coup de dés jamais n'abolira le hasard*. Mallarmé, 1897

<sup>25</sup> De fato, um cálculo lógico pode incluir a ficção de corpos em movimento, mas, além de ser uma experiência de pensamento sobre um movimento hipotético, o lógico está fora do tempo e do espaço na hora de aplicar as regras de raciocínio.

<sup>26</sup> Como o “grafo do sujeito” ou o “semi-grupo de Klein dos discursos”. Para isso, os seminários VI e XVIII.

sentido, creio que seria bem-vindo incluir o movimento, como o aporte do artigo do tempo lógico para melhor pensar uma lógica da fantasia.

A relação psicanalítica parece um jogo a dois, mas a bem da verdade jogam menos o psicanalista e seu paciente que este último com seu Outro frente ao analista (pensemos em Max Von Sidow jogando xadrez com a Morte, no filme de Bergman *O Sétimo Selo*). É incontestável que a charada dominical dos três prisioneiros se presta à analogia com a situação psicanalítica, mas não deveria ser levada longe demais. Pode-se pensar no paciente como o sujeito que se interroga pela sua identidade e deve concluir por si mesmo enquanto explora a relação entre  $a$  e  $a'$ , ou seja, entre ele e seus semelhantes. Pode-se pensar no carcereiro que dita as regras do jogo como o Outro onipotente da sua fantasia. E, enfim, pode-se sugerir que o analista ocupa alternativamente todas as posições durante o jogo analítico.

Mas a analogia é limitada precisamente porque quem padece a urgência de concluir o tempo para compreender, ocupando o lugar do sujeito e precipitando a saída de ambos, é o psicanalista, ao menos até o fim da análise. Isso, se identificarmos o tempo conclusivo com o momento em que despedimos o paciente, o que está longe de ser o caso na maioria das vezes. Quando convidamos o neurótico silenciado, que espera a ratificação da interrupção que antecipa, a que continue a falar, estamos produzindo um corte mas não o encerramento da sessão (e ainda que cheguemos à conclusão da irrelevância do que veio a seguir, servindo apenas para dar um contexto ao prolongamento, ainda assim, o ato que termina a sessão não coincide com o momento em que o analisando sai pela porta afora). Ou, então, o telefonema do paciente cinco minutos depois de ter deixado o consultório, para contar uma ocorrência relativa a uma passagem que parecia irrelevante no momento em que fora proferida durante a sessão. Acaso não é esta *ligação* que marca o fim da sessão que até então não tinha concluído? Mas quem poderia tê-lo previsto? Ou, ainda, aquele que nos comunica que a sua sessão acontecera na sala de espera, enquanto aguardava, e a nossa intervenção se limita a recolher o que ali foi produzido (e eventualmente a cobrar e marcar a próxima hora). Mesmo nesse caso, em que a sessão aconteceu antes do encontro com o analista, mesmo ali, o momento de concluir será deste último. E no final, no fim mesmo do tratamento, quando aquele que já desistiu da noção de “alta”

nos comunica que a sua análise está finda, nosso consentimento ou objeção (no caso de avaliarmos tratar-se de uma resistência<sup>27</sup>) faz da declaração de intenções do paciente um *ato analítico*.

“O inconsciente demanda tempo para se revelar”, lemos em *Função e Campo da Fala e da Linguagem em psicanálise*. A questão é: quanto tempo? Ponto delicado para os que entendem ser necessário reduzi-lo ao instante de ver. Na charada lógica, a segunda escansão deve servir para precipitar o sujeito em um ato, que traduz a estrutura de um juízo. Trata-se ali de uma proposição no modo indicativo: “sou um branco” ou “é isso”. Entretanto, “o juízo que conclui o sofisma só pode ser portado pelo sujeito que formou a asserção sobre si, e não pode ser imputado, sem reservas por nenhum outro – ao contrário das relações do sujeito impessoal e do sujeito indefinido recíproco dos dois primeiros momentos”<sup>28</sup>. Resta saber *quem* conclui quando se trata da sessão psicanalítica. De quem é o ato analítico? Quem é o *sujeito* da análise?

Mas não está mal feita esta pergunta, quando sabemos que o inconsciente freudiano não é do paciente nem do analista mas "da análise"<sup>29</sup>? E, mesmo que demos em chamá-lo de “psicanalisante” –invenção de Lacan para lembrar que, apesar do oxímoro, *o paciente não é passivo*–, como não há inconsciente sem psicanalista, e a noção de “ato analítico” vem desenvolver a idéia da direção de *uma* psicanálise que *não é qualquer* uma, e de uma *interpretação* que “não está aberta a todos os sentidos e não pode ser errada”<sup>30</sup> (em relação à qual haveria que dar-se o trabalho de não

---

<sup>27</sup> Goldenberg Ricardo, “Si hubiese terminado, continuaría” in *Sócrates*, BsAs, 1996. Republicado na revista electrónica *Psyche*, julio de 2001.

<sup>28</sup> Op. Cit:207. O "sujeito impessoal" de T1 e o "sujeito indefinido recíproco" de T2.

<sup>29</sup> Lacan J. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio: Zahar, 1983. Respectivamente, "o analista faz parte do conceito do inconsciente" e "o estatuto do inconsciente é ético, não ôntico".

<sup>30</sup> J.-A. Miller semeou entre seus seguidores, há alguns anos já, a mais completa confusão ao decretar, numa intervenção *pour épater le bourgeois*, a morte e o enterro da interpretação em favor do “ato analítico”, concebido como uma espécie de *intervenção real* do analista, além do simbólico. Na sua concepção (depois devidamente esquecida porquanto insustentável, mas não sem antes deixar a seqüela de uma aspiração de superar o simbólico mediante o real, pensando ambos como separados ou separáveis) “o inconsciente [identificado ao simbólico] interpreta [sozinho, sem o analista]”. Esta frase (sem o que está entre colchetes, que corresponde à leitura de Miller) foi retirada, descontextualizada, do seminário *Os quatro conceitos...*

deixá-la perder-se sob a noção mais geral de *corte*), o momento de concluir seguirá sendo do psicanalista em função de tal<sup>31</sup>.

Usando a topologia combinatória como metáfora ou modelo (projeto iniciado no nono seminário) –não é o mesmo, mas não podemos aqui trabalhar esta diferença– podemos dizer que *o ato analítico é um corte* que, assim como no caso da topologia, muda as propriedades da superfície, transforma o discurso da sessão constituindo retroativamente a certeza dos momentos anteriores. É apenas neste sentido que podemos afirmar que o corte constitui a estrutura da sessão analítica. *Em nenhum caso deve-se identificar o corte com uma simples interrupção* da sessão; da fala do outro ou com a proibição de uma conduta. Concepção que além de um equívoco grosseiro do ponto de vista teórico tem-se provado catastrófica na clínica.

Quando o analisante descreve sua inibição frente ao trabalho em termos de “purgatório”, por exemplo, a simples pergunta sobre o que ali deve ser purgado opera um corte. Tanto em termos topológicos —o objeto da pulsão anal é “recortado” e situado pelo discurso—, quanto no sentido da interrupção de um círculo vicioso, já que a lamúria sobre o insucesso cessa e o analisante passa a interrogar-se sobre a relação entre a sua inibição atual e as relações da demanda materna na sua infância com a castração. Todavia, tal corte não precisa nem de fato nem de direito coincidir com o termo de uma sessão específica desta análise.

Todo cuidado é pouco, portanto, quando se utiliza o artigo do tempo lógico para referendar a prática das *sessões com tempo variável*, e parece-me diretamente um erro entender estas últimas como “sessões curtas”. Em suma, nem sempre o corte (do analista) implica na geração de uma asserção (no analisante), nem é seguro que dele proceda uma certeza. Antes pelo contrário, há intervenções, que também podem ser tratadas genericamente como cortes (alguns mal feitos, já que nada mudam nas

---

<sup>31</sup> A Luciana Salum me disse ter levado um susto lendo isso, depois de eu ter apresentado no "V Congresso Internacional de Convergência", dedicado ao ato analítico, um trabalho denominado "Cada um tem o analista que merece", argumentando sobre a necessidade de fundamentar uma *ética de psicanalisante*, não só de psicanalista, para sustentar a experiência analítica. Ela esperava que eu concluísse que o ato analítico é do analisante. Justamente, não. E isso não é contraditório com postular a irrenunciável responsabilidade do analisante no tratamento em que está embarcado, já que, embora não seja possível um ato analítico sem um analisante à altura da sua tarefa, o ato analítico em si é necessariamente "do analista", já que o analisante está nesse momento em *fading*, atravessado pela sua própria divisão. Que o analista cairá como objeto e o analisante será o sujeito efeito desse ato não tira que o momento conclusivo deve ser do analista, caso contrário estaríamos defendendo a possibilidade da auto-análise. E a despeito do que Didier Anzieu pensava, nem Freud mesmo teria conseguido auto-analisar-se.

propriedades da superfície cortada), mas que induzem a dúvida, causam o enigma, promovem um *acting out* ou enfim uma *passagem ao ato*. O modelo deve, pois, ser usado com cautela.

O mais certo, em todo caso, seria concluir que *o ato como corte deve modificar a posição inicial do sujeito* (no mesmo sentido em que disse que a premissa verdadeira "sou branco" vira incerta se ele não se assumir como tal em ato). Que o silêncio possa induzir este efeito é uma possibilidade. Espera-se minimamente um questionamento da soberania do locutor, que deve renunciar à posição de narrador para reconhecer-se como efeito da narrativa por ele mesmo apresentada e desenvolvida; uma interpelação de sua posição de agente do discurso, de forma que ele possa atentar para o que seu discurso produz e para a causa desta produção.

“Quanto menos os afetos são motivados, tanto mais compreensíveis parecem ao sujeito: é uma lei. Não é uma razão para que nós o acompanhemos nisso [...] O que se trata de analisar é a fantasia, mas *sem compreendê-la* –quer dizer, encontrando a estrutura que ela revela.”<sup>32</sup> O voto de confiança solicitado por Freud para o inconsciente é transferido por Lacan para o significante. O psicanalista mostra a lógica do que o paciente disse –mesmo sem saber ao certo o que isso *quer dizer*– e, depois, *conclui*. O interrompido pode não entender os motivos da interrupção, mas supõe que não é imotivada. Mais tarde compreenderá do que se tratava, e voltará para explicar isso ao analista que, apesar de se ter antecipado, permanece no escuro, retrasado quanto ao sentido da sua própria intervenção. Ou seja, a sessão continua e conclui em outro momento e, com frequência, em outro lugar. O psicanalista deixa seu psicanalisante em posição de perceber que já concluía sem dar-se conta. Quem escuta possibilita ao escutado tornar-se sujeito do seu ato.

São Paulo, março de 2013

### **Uma nota sobre o fim da análise**

---

<sup>32</sup> Seminário de 21/05/1959. Minha ênfase.



Em tese, um tratamento termina quando o sintoma pelo qual alguém foi tratado desaparece. E o terapeuta desapareceria junto com ele, caindo como uma casca vazia. O arcabouço oco (como disse uma paciente) do seu analisante. Dir-se-ia que todas as sessões são do analista, menos a última, que é do paciente. Mas seria um erro colocar as coisas deste modo. Parece mais de acordo com a experiência pensar que a conclusão é *sempre* do analista. Só que, na última, o psicanalista usurpou-lhe o lugar (sem pedir licença) e por isso mesmo o psicanalista ficou fora de lugar. Não objetaria se alguém dissesse que se trata do derradeiro fracasso do psicanalista. Mas é um fracasso necessário, previsto pela estrutura (ou, se preferir, é o encontro com o ponto de falha da estrutura realizada durante aquela análise: aquilo foi designado por Freud e Lacan respectivamente como "umbigo do sonho", *unmerkante*, ponto de torção da fita de Moebius, ponto ao infinito do plano projetivo ou  $S(A)$ ). Lacan diz que o analista caído faz a *experiência* de um "dessar" e chega a sugerir que não poucos *experimentam* um verdadeiro "horror" frente a este vácuo. Na minha experiência, isto se verifica como uma certa vertigem; desassossego não sem uma ponta de angústia. Estou descrevendo uma certa despersonalização? Talvez. Acontece que dificilmente consigo atender alguém imediatamente depois da última sessão (mesmo que o final lógico daquela análise tenha acontecido meses antes). Deve ser por isso que me fez pensar nas despedidas de pacientes a cena do filme de Ang Li, *Pi*, quando o tigre, finalmente em terra firme, se interna na floresta sem um olhar sequer para seu companheiro de travessia, de desamparo e de terror.